

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA GERAL

Processo n.: @PAF 23/80069993

Assunto: Proposta de Ação de Fiscalização para verificar a natureza jurídica das receitas do Fundo Social e seus antecessores, além do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da

Educação Superior

Interessado: Cleverson Siewert

Unidade Gestora: Secretaria de Estado da Fazenda

Unidade Técnica: DGE Decisão n.: 2177/2023

O **TRIBUNAL PLENO**, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

- 1. Converter o presente Procedimento de Ação de Ação de Fiscalização em processo de Inspeção (RLI), que deve reservar um olhar para a disponibilidade financeira e a aplicação em projetos afetos à área de atuação do Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza FUNDO SOCIAL.
- 2. Determinar que a Coordenadoria de Receitas Públicas (CRPU) compartilhe sua análise com a Divisão de Políticas Públicas da Diretoria de Contas de Gestão (DGE), de modo a ampliar o escopo e verificar a destinação dos recursos em ações e projetos ligados à área, sua efetiva utilização em cada exercício, considerando a premência de aplicação de recursos em programas assistenciais e a carência e as necessidades de seus destinatários.
- **3.** Dar ciência desta Decisão à Diretoria-Geral de Controle Externo (DGCE) e à Diretoria de Contas de Gestão deste Tribunal.

Ata n.: 47/2023

Data da Sessão: 06/12/2023 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores **Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC:** Diogo Roberto Ringenberg **Conselheiros-Substitutos presentes:** Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes

Iocken

HERNEUS JOÃO DE NADAL Presidente ADIRCÉLIO DE MORAES FERREIRA JÚNIOR Relator

Fui presente: DIOGO ROBERTO RINGENBERG Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Processo n.: @PAF 23/80069993 Decisão n.: 2177/2023 1